

PENSAR EM NOVOS TERMOS E PENSAR NOVOS TERMOS “O SUJEITO NA POLIS”¹

■ CHRISTINE DELORY-MOMBERGER

<https://orcid.org/0000-0002-8425-0175>

Université Sorbonne Paris Nord

RESUMO

A criação do GIS LE SUJET DANS LA CITÉ oferece a oportunidade de reexaminar seus termos fundadores. Depois de recordar o que a pesquisa biográfica situa sob as noções de sujeito e Polis, a conferência questiona sua redefinição e sua articulação no novo devir do mundo implicado pelo Antropoceno. *Qual é nossa Polis* no momento em que tomamos consciência das consequências da atividade humana sobre as condições de habitabilidade da Terra e quando nos damos conta de nosso pertencimento e parentesco com todas as formas de vida? Que *figura do sujeito* poderia emergir desta nova composição da Polis? Que significado tem hoje o fato de *pertencer à espécie humana* e a quais formas de resposta e responsabilidade ele nos convida?

Palavras-chave: Tornar-se sujeito. Formar a Polis. Ser sujeito na Polis. Antropoceno.

RESUME

PENSER À ET EN NOUVEAUX TERMES « LE SUJET DANS LA CITÉ »

La création du GIS LE SUJET DANS LA CITÉ offre l'occasion d'en réexaminer les termes fondateurs. Après avoir rappelé ce que la recherche biographique met sous les notions de « sujet » et de « cité », la contribution s'interroge sur leur redéfinition et leur articulation dans le nouveau devenir du monde engagé par l'Anthropocène. *Quelle est notre Cité* à l'heure où nous prenons conscience des conséquences de l'activité humaine sur les conditions d'habitabilité de la Terre et lorsque nous apparaissent les appartenances et les « parentés » qui sont les nôtres avec l'ensemble des formes du vivant ? *Quelle figure du sujet* pourrait-elle émerger de cette nouvelle composition de la Cité ? Quel sens prend aujourd'hui le fait d'*appartenir à l'espèce humaine* et à quelles formes de « réponse » et de responsabilité nous invite-t-il ?

Mots-clés: Devenir sujet. Former la Cité. Etre sujet dans la Cité. Anthropocène.

¹ Tradução: Carolina Kondratiuk, Laboratório CIRCEFT e GIS Le sujet dans la Cité.

ABSTRACT THINKING IN NEW TERMS AND THINKING NEW TERMS “THE SUBJECT IN THE POLIS”

The GIS LE SUJET DANS LA CITÉ creation offers the opportunity to re-examine its founding terms. After recalling what biographical research situates under the notions of subject and Polis, the conference questions its redefinition and its articulation in the new becoming of the world implied by the Anthropocene. What is our Polis at the moment when we become aware of the consequences of human activity on the Earth’s habitability conditions and when we realize our belonging and kinship with all life forms? What figure of the subject could emerge from this new Polis composition? What is the meaning of belonging to the human species today and what forms of response and responsibility does it invite us to?

Keywords: Becoming a subject. To form the Polis. To be subject in Polis. Anthropocene.

RESUMEN PENSAR EN NUEVOS TÉRMINOS Y PENSAR NUEVOS TÉRMINOS «LE SUJET DANS LE CITÉ»

La creación de GIS LE SUJET DANS LA CITÉ brinda la oportunidad de reexaminar sus términos fundacionales. Tras recordar lo que la investigación biográfica sitúa bajo las nociones de «sujeto» y «ciudad», la presente contribución cuestiona su redefinición y su articulación en el nuevo devenir del mundo implicado por el Antropoceno. ¿*Cuál es nuestra Ciudad* en el momento en que tomamos conciencia de las consecuencias de la actividad humana sobre las condiciones de habitabilidad de la Tierra y cuándo nos damos cuenta de nuestra pertenencia y «parentesco» que son nuestros con el conjunto de las formas de vida? ¿Qué *figura del sujeto* podría emerger de esta nueva composición de *Ciudad*? ¿Qué sentido adquiere hoy el hecho de *pertenecer a la especie humana* y a qué formas de «respuesta» y responsabilidad nos invita?

Palabras clave: devenir sujeto, formar la Ciudad, ser sujeto en la Ciudad, Antropoceno.

Primeiramente, gostaria de agradecer ao professor Elizeu Clementino de Souza pelo seu inabalável compromisso e iniciativa na realização deste importante simpósio que inaugura, na América Latina, a criação do GIS LE SUJET DANS LA CITE Sorbonne Paris Nord-Campus Condorcet, uma rede nacional e internacio-

nal de pesquisa biográfica em educação, e à Universidade do Estado da Bahia (UNEB) pelo convite e acolhida. Agradeço também ao Consulado da França em Recife pelo apoio na realização desse simpósio.

Os vínculos tecidos entre nossas duas universidades estão baseados em 20 anos

de intensas relações científicas e de trabalho conjunto com outras universidades no Brasil, Argentina, Colômbia, México e Chile na pesquisa biográfica em educação. A criação de uma primeira rede internacional (BioGraFia) nos reuniu em 2009, depois criamos juntos o Colégio Internacional de Pesquisa Biográfica em Educação (Cirbe) com as universidades Sorbonne Paris Nord, Universidade Paris Est de Créteil, Universidade de Lille e a Universidade Livre de Berlim. Congressos, simpósios, jornadas de estudos e programas de pesquisa ocorreram ao longo dos anos. Numerosas publicações foram lançadas: três coleções sobre a pesquisa biográfica, na França, no Brasil e na Argentina. Duas revistas foram criadas: na França, a revista internacional *Le sujet dans la Cité* e, no Brasil, a *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica*. E nossa rede tem crescido e se expandido progressiva e duravelmente, dando-nos uma visibilidade incontestável. Em 2022, a criação do GIS (grupo de interesse científico, na sigla francesa) LE SUJET DANS LA CITÉ Sorbonne Paris Nord-Campus Condorcet permite uma extensão ainda mais ampla e uma ancoragem fortalecida em nossa rede de pesquisa.

Pensar em novos termos e pensar novos termos le sujet dans la Cité: tal é a perspectiva adotada para construção desta conferência. O título do GIS – cuja tradução literal em português seria o sujeito na Cidade, mas que, pelas razões que ficarão mais claras ao longo da exposição, será aqui traduzido como *o sujeito na Polis* – responde à vontade programática de traduzir em termos ético-políticos as relações entre o indivíduo e o social. Aí está o desafio político de nossa corrente de *pesquisa biográfica*, que visa explorar a dimensão constitutiva dos processos integrados de *individuação-subjetivação-socialização* no desenvolvimento e formação dos sujeitos e de seu poder de agir no espaço social.

A criação de uma nova entidade, uma nova instituição de pesquisa e formação – como este GIS – se inscreve numa história e tem suas origens em desenvolvimentos teóricos, práticas e instituições anteriores. Trata-se certamente de uma oportunidade para revisitar o campo contextual e conceitual no qual se edifica, para recolocar em discussão as ideias, representações e noções que até agora orientaram e estruturaram o pensamento de seus membros e atores. Esse é o trabalho, ainda em grande parte propedêutico, que eu gostaria de propor a partir do título programático que representa o sujeito na Polis.

Se proponho *pensar em novos termos* o sujeito na Polis, isso me parece indissociável do desafio de *pensar novos termos*, que nos é imposto pelo contexto de um novo estágio do mundo. Tal estágio do mundo é o de uma nova etapa geológica de origem humana na história do *sistema Terra*, essa era que os cientistas denominaram “Antropoceno”, cujas consequências estão transformando profundamente as condições da vida sobre a Terra e nossa própria condição humana. História da Terra e história da espécie humana agora convergiram. Essa colisão de duas Histórias marca uma ruptura na relação que une os seres humanos à Terra. Pela primeira vez, seus habitantes se tornaram os principais motores das mudanças que a afetam. Os distúrbios gerados pelos efeitos da atividade humana têm consequências múltiplas: clima, segurança alimentar, acesso aos recursos vitais, migrações forçadas e repentinas, precariedade energética... Eles obrigam as relações internacionais a inventar e implementar novas políticas globais. Trata-se da era dos humanos e também de uma desordem planetária inédita.

Se lembrarmos que *terminus*, em latim, designa a fronteira que delimita um campo, um terreno, as mutações ecossistêmicas do Antropoceno e as revoluções ecológicas, antro-

pológicas e ontológicas que delas resultam indicam os novos termos – quer dizer, as novas fronteiras e, portanto, novos territórios, mas também os novos limites temporais – nos quais podemos tentar pensar *o que está acontecendo* com nosso mundo terrestre, com as formas de vida que o habitam, incluindo as da nossa vida humana. Tais deslocamentos – no espaço e no tempo, nas representações e categorias que foram da modernidade ocidental globalizada – não podem deixar de impactar nossa compreensão do sujeito e da Polis, do sujeito na Polis.

O sujeito e a Polis: duas noções problematizantes

Antes de prosseguir nesta reflexão prospectiva, e a fim de conduzi-la a partir dos referenciais teóricos que têm sido nossos até agora, será útil recordar o que queremos dizer com os termos “sujeito” e “Polis” e de que maneira os articulamos.

Não vou retrair aqui a longa história do conceito de sujeito, suas evoluções e transformações. Direi simplesmente que, numa de suas mais fortes acepções históricas, o conceito de sujeito abrange a ideia que o Ocidente tem do ser humano, de sua unidade, de sua autonomia, de sua capacidade de pensar a si mesmo e de conduzir-se por si mesmo. O sujeito cartesiano – já que a filosofia de Descartes é fundadora e emblemática dessa concepção do homem – corresponde a um ser que é senhor de si mesmo e de suas paixões, que encontra na razão os recursos para o conhecimento e controle de si mesmo. Essa concepção está de acordo com toda a tradição antropológica e cultural do Ocidente moderno, e apoia a ambição do homem ocidental de se determinar, de se governar a si mesmo. E ela é o fundamento da ambição de conhecer e governar o mundo, de tornar-se

senhores e possuidores da natureza, como escreveu Descartes.

Essa concepção de um sujeito como senhor de si e do universo foi profundamente convertida e minada, de um lado pelas grandes tragédias que marcaram o século XX – o colonialismo, as duas guerras mundiais, os campos de concentração, os genocídios – e de outro lado pelas ciências humanas e sociais que desconstruíram profundamente essa visão do Ser Humano. Tanto assim que, ao longo do último terço do século XX, o termo “sujeito” foi objeto de uma espécie de proibição, associado a uma concepção do ser humano que a Filosofia, a Psicanálise e a Antropologia tornavam obsoleta. Depois, na virada do milênio – e, em grande parte, como resultado dessas mesmas Ciências Humanas e Sociais – deu-se o chamado retorno do sujeito. Mas esse sujeito de retorno não era mais, e não é mais, o sujeito essencializado e conquistador da tradição cartesiana. Ele responde ao reconhecimento da dimensão subjetiva do humano, ao fato de os indivíduos humanos experimentarem subjetivamente o que lhes acontece, relacionando-o a um si mesmo, a uma instância pessoal que constrói representações, experimenta afetos, põe em marcha uma certa reflexividade, age sobre práticas etc. Desse ponto de vista, como nos lembrou Foucault, o sujeito se refere a uma polaridade dupla e contraditória: ele é tanto aquele que se submete, que sofre, que é governado desde o exterior ou desde o interior, numa palavra, que é sujeitado; como aquele que é capaz de pensar e agir sobre si mesmo e sobre o mundo que o rodeia. Toda a problemática contemporânea do sujeito reside nessa tensão entre as determinações, condicionamentos, formatações, dependências e vínculos de todo tipo – físicos, econômicos, sociais, culturais, políticos, psicológicos – que sujeitam o indivíduo humano; e as capacidades através das quais ele faz algo com aquilo que o faz, procura tornar-se o sujei-

to daquilo que o produz, e tornar-se ator em si mesmo. Compreendemos, então, outra dimensão do reconhecimento da subjetividade humana: como os valores éticos podem estar ligados a essa figura do sujeito capaz, figura que implica formas de consciência de si, de relação valorizada consigo mesmo, com sua existência sua ação.

Aí está, de maneira bastante esquemática, o que eu gostaria de retomar sobre o termo “sujeito” e sobre o uso que dele fazemos: para nós, o sujeito não é um estado, mas sim um movimento, uma tensão, é sempre um tornar-se, um processo, nunca fixado nem tampouco concluído. E esse processo se dá em situação e em interação, o sujeito não existe em si ou para si mesmo, é sempre compreendido dentro das relações, contextos e ambientes com os quais interage.

Passemos ao segundo termo, o de “Polis”. O conceito que ele designa é precisamente um dos ambientes e, em última instância, um dos constituintes do tornar-se sujeito. E tal conceito exige esclarecimento. Com o termo francês *Cité* – que escrevemos com letra maiúscula –, referimo-nos à *polis* grega, o conjunto de formas que uma comunidade humana institui para se organizar, conceber maneiras de conviver, dotar-se de instituições, criar formas de governança. A Polis abrange, assim, a dimensão *política* no sentido mais forte do termo, como os gregos – e mais especificamente os atenienses – a inventaram, dando a si mesmos uma *politeia*, uma *constituição*, e explorando as vias de uma governança por aquilo que a constitui, isto é, pelo povo, pelos cidadãos. A Polis consiste nos humanos reunidos trabalhando em sua vida comum, dando a si mesmos suas leis e regras, estabelecendo seus deveres e direitos. Mas, assim como o sujeito, a Polis tampouco é um estado fixo, ela é também um processo incessante, pois está sempre por fazer, existe numa interminável instituição de si mesma.

Em nossa abordagem, o sujeito e a Polis existem em relações de constituição recíproca: as formas de realização do *sujeito* só têm efeito e só adquirem sentido em espaços comuns, onde os indivíduos têm o direito e a capacidade de agir sobre as modalidades de convivência, ou seja, de formar a Polis. Postular a relação sintática do sujeito *na* Polis significa dizer que o sujeito só existe em relação à Polis e, ao mesmo tempo, que não existe Polis que não seja formada por sujeitos.

Inscrita na história e na sociedade, essa relação entre o sujeito e a Polis coincide com as condições de realidade de sua realização comum. A Polis é a projeção, o alvo das associações humanas, assim como o sujeito é a projeção, o alvo do indivíduo humano. Em busca de seu poder de agir, o sujeito é confrontado com as realidades sociais, políticas e ideológicas das formas de sociedade em que vive: família, meio social, grupo profissional, nação, estado etc., e com os mundos das representações, crenças e valores que as sustentam. E é a partir desses pertencimentos e dependências materiais e imateriais que os indivíduos humanos exercem seu devir e sua capacidade como sujeitos.

Na época contemporânea, desde o último quarto do século XX, as condições de individualidade foram profundamente transformadas e afetaram todas as áreas da vida coletiva e individual: a família, o casal, a educação e formação, o trabalho, o emprego, as práticas sociais, a ciência e tecnologia, as formas de poder e de participação no poder etc. Tais transformações sociais afetaram consideravelmente as formas da relação consigo mesmo e com os outros. Em particular, estamos assistindo a uma verdadeira mudança de regime na relação entre o indivíduo e a sociedade, que se traduz pelas injunções impostas a indivíduos cada vez mais solicitados a serem responsáveis por si mesmos, a serem os atores de sua existência, empreendedores e autores de suas vidas.

Nesse quadro geral, que define o que chamamos de condição biográfica, os trabalhos da pesquisa biográfica examinam as modalidades de exercício e realização dos sujeitos nas organizações e funcionamentos contemporâneos do con-viver (instituições, comunidades, estruturas estatais). Seja em educação e formação sob todas as suas formas, na vida social e profissional, na saúde e na experiência da doença, na mobilidade e migração, na criação e na experiência estética, nas práticas militantes e políticas – em todos os campos da atividade humana e da experiência, trata-se sempre de reconhecer e compreender como os sujeitos em processo de formação se formam e se atualizam, como se desenvolvem as *capacidades* individuais e coletivas, como se territorializam diferentes formas de *poder agir*, que são também poder pensar, poder criar e poder viver.

Pensar o sujeito na Polis na era do Antropoceno

O GIS Le sujet dans la Cité se inscreve de fato e de direito na continuidade desses trabalhos e pesquisas, os quais pretende prolongar e aprofundar, dando-lhes maior visibilidade dentro da comunidade científica nacional e internacional. No entanto, faltaria sua vocação de esclarecimento e criação se não tomasse nota da especificidade do contexto biofísico e cognitivo em que emerge, o que traz à tona questões que já não são apenas *ambientais*, mas que dizem respeito às próprias condições da vida no *sistema Terra*. Volto, assim, às minhas observações introdutórias e à minha intenção de revisitar de maneira prospectiva, em tal contexto, os campos de definição e compreensão do sujeito e da Polis e sua articulação.

Qual é nossa Polis?

Uma maneira de entrar nessa reflexão é reexaminar o que podemos colocar hoje sob o

termo “Polis”. *Qual é nossa Polis hoje? Qual é nossa Polis, num momento em que estamos nos tornando maciçamente conscientes das consequências da atividade humana e das catástrofes que provoca tanto no regime climático quanto na biosfera e na sociosfera? Qual é nossa Polis, quando estamos cada vez mais conscientes de nossas filiações e pertencimentos, nossos parentescos (HARAWAY, 2020) com o conjunto das formas de vida? Qual é nossa Polis, quando experimentamos que não apenas estamos no mundo, mas que somos do mundo?*

Tais questionamentos, as constatações sobre as quais repousam e as perspectivas que abrem devem nos levar a reexaminar de forma radical as referências de tempo, espaço e relações a partir das quais nossa modernidade pensou a ordem da Polis. Existe aqui um trabalho considerável a ser feito, do qual posso apenas esboçar uma visão modesta e provisória, mas cuja continuidade no sentido de um desenvolvimento mais amplo e aprofundado será possibilitada por um colóquio a ser realizado em breve.²

Como um passo preliminar, mas que permitirá evitar certas imprecisões, devo esclarecer que esse trabalho não pode ser realizado sem o reconhecimento histórico das responsabilidades da catástrofe ecológica do Antropoceno (MALM, 2017; BONNEUIL & FRESSOZ, 2013). Esta não pode ser unicamente atribuída à espécie humana como um todo genérico. Ela faz parte de uma história e de uma antropologia evidentemente globalizada, mas que é antes de tudo o trabalho do Ocidente moderno, sua ciência, suas técnicas e sua cultura, que fizeram da natureza um objeto exterior a ser conhecido, possuído e explorado (no qual podemos reconhecer as três formas de controle e de domi-

2 Referência ao Colóquio internacional “O paradigma do biográfico na era do Antropoceno”, a ser realizado em Paris nos dias 14, 15 e 16 de fevereiro de 2023 na Maison des Sciences de l’Homme Paris Nord.

nação). E produz seus efeitos, no sentido mais forte do termo, num sistema produtivista globalizado e orientado exclusivamente para o lucro, a privatização e a exploração de todos os recursos naturais, inclusive os recursos humanos (*capitaloceno*).

A Polis demandada pela Era Antropocênica resulta de vários níveis de tomada de consciência ou reflexividade: uma *reflexividade geológica e histórica* que olha retrospectivamente para a inscrição humana no mundo natural e redescobre as escalas e regimes temporais de sua habitação terrestre (BONNEUIL & FRESSOZ, 2016); uma *reflexividade ecológica* que redefine os espaços aos quais pertencemos com outras espécies, tanto animais quanto vegetais (LATOURE, 2015; MORIZOT, 2020); uma reflexividade antropológica que nos devolve à cartografia dos seres vivos, reexamina nossas relações com entidades e espécies não humanas, e revisita nossos modos de identificação (DESCOLA, 2005); uma *reflexividade social* que não separa as questões das desigualdades de classe, raça, sexo e gênero das questões ecológicas, mas leva em conta suas estreitas conjunções (GUATTARI, 1989; 2018); uma *reflexividade política* que, tendo em conta o conjunto dessas dimensões, procura conceber o quadro e as orientações a partir das quais traduzi-las em propostas políticas num cenário público singularmente ampliado (LATOURE, 2017; CHARBONNIER, 2020).

Embora sejam declarações bastante abstratas para tentarmos nos aproximar do que seria nossa Polis, tais quadros complementares de reflexão começam a indicar as direções em que poderia ser concebida a ampliação de nossa Polis, e que sentido e conteúdo dar em particular ao termo “nossa” que já não estaria restrito apenas à humanidade – e muito menos aos meros Estados-Nação que traduzem a Polis moderna –, mas que se abriria ao que Bruno Latour chama “os terrestres” (LA-

TOUR, 2017), ou seja, o conjunto dos *agentes*, humanos e não humanos, que coabitam, interagem e defendem seus campos de vida e seus pontos de vida. Tal perspectiva nos leva a questionar o que poderia constituir um comum, apreendido tanto em suas dimensões temporais e espaciais como nas formas de vida, relações e composições que apresenta. É tendo esse comum terrestre como fundo que poderia ser refundada a Polis, que poderiam ser reinventadas formas de convivência, formas de organização, governança e participação que considerem a pluralidade ontológica dos modos de existência e novos arranjos da cena pública. Trata-se, certamente, de um ponto de partida para se pensar uma ecologia da Polis que conduza a uma reconsideração, não somente de seus contornos e atores, mas também de seus objetivos à luz do que devemos chamar de desastre da Modernidade, em sua ambição de produção e de crescimento indefinido – uma ambição para a qual a Polis moderna, tal como nasceu no Ocidente nos séculos XVII e XVIII e se desenvolveu até os dias de hoje, tornou-se o veículo em todo o mundo.

Essa refundação, ou melhor, essa nova gênese da Polis, convida a uma transformação profunda. Muito mais do que proteção da natureza, muito mais do que a preservação de um ambiente sustentável. Longe de cercar o social, o que antes chamávamos de “natureza” atravessa e trabalha o social, escreve Christophe Bonneuil (2021, p. 38). Trata-se, portanto, de pensar em conjunto poderes de ação para além das atividades humanas. O que está em jogo, nas mentes e nos corpos, é uma nova maneira de habitar a Terra, de pertencer a essa zona crítica (LATOURE, 2021), essa ínfima parte do universo, essa porção circunscrita do globo terrestre onde a vida se desenvolveu.

Tal ecologia global, que servirá de base à futura Cidade, encontrou formulações parti-

cularmente vivas nos últimos escritos de Félix Guattari, em torno da noção de ecosofia:

[...] apenas uma articulação ético-política – que eu chamo de ecosofia – entre os três registros ecológicos, o do meio ambiente, o das relações sociais e o da subjetividade humana, seria susceptível de esclarecer adequadamente estas questões. (GUATTARI, 1989, p. 12-13).

Para Guattari, a preocupação ambiental não pode ser dissociada de uma ecologia humana, tanto social quanto mental, convidando a uma reinvenção das práticas sociais e integrando o que ele chama de espécies incorpóreas:

[...] A crise ecológica se refere a uma crise mais geral do social, do político e do existencial. [...] Então, a pergunta lancinante retorna; como modificar as mentalidades, como reinventar práticas sociais que devolveriam à humanidade – se ela jamais o teve – um senso de responsabilidade não apenas por sua própria sobrevivência, mas também pelo futuro de toda a vida neste planeta, tanto das espécies animais e vegetais como das espécies incorpóreas, se assim posso dizer, como a música, as artes, o cinema, a relação com o tempo, o amor e a compaixão pelos outros, o sentimento de fusão dentro do cosmos? (GUATTARI, 2108, p. 60).

Qual tornar-se sujeito?

Essa afirmação de Guattari, que suscita a questão da responsabilidade coletiva da humanidade diante dos tempos futuros, leva-nos a considerar o outro lado, o outro termo de nosso questionamento, que se refere ao sujeito. Que *figura do sujeito* poderia emergir dessa nova gênese da Polis, que tipo de *tornar-se sujeito* seria esse?

Mais do que nunca, e em relação direta a uma abordagem abrangente e integrativa da Polis, esse tornar-se será um *tornar-se sujeito com*. Antes de tudo, com outros sujeitos humanos em devir, confrontados com todas as formas de alteridade apresentadas pela diversidade humana de culturas, sociedades e

individualidades, bem como com as múltiplas configurações das relações sociais e políticas em que estão inscritos; mas também em ressonância, como diria Hartmut Rosa (2021), ou em parentesco, segundo Donna Haraway (2020), com as entidades e seres não humanos com os quais compartilhamos a mesma filiação terrestre.

Como diz D. Haraway, com seu estilo tão particular: “fazer parentes, fazer categorias, espécies, gêneros, demonstrar cuidado, criar parentescos sem laços de nascimento, encontrar-se numa proximidade lateral e ecoar de tantas outras maneiras [...]”. (HARAWAY, 2020, p. 227).

E se ouvimos Hartmut Rosa comentando o subtítulo de seu livro *Résonance*, « *Sociologie de la relation au monde* » (2021):

Isto é o que me importa: a relação entre o sujeito e o mundo, pois não existe sujeito totalmente finito nem mundo totalmente finito; e os dois entram em contato. A ressonância está em ação quando existe encontro com outro. (ROSA, 2022, p. 33-34).

O sujeito e o mundo só se constituem um por meio do outro, em inter-relações e interações. A relação consigo mesmo e a relação com o mundo são inseparáveis uma da outra – o mundo deve ser entendido aqui como mundo objetivo, social e subjetivo.

Tal *tornar-se sujeito com o mundo* é também um *sentir com, agir com, pensar com, sonhar com, criar com*. Multiplica nossos encontros com o mundo e com os outros do mundo, ampliando assim nossa capacidade de *fazer mundo*, tornando-nos mais ricos em mundo, para usar a fórmula de Heidegger. Ao deslocar nossos pontos de vida, tais encontros com o mundo nos ensinam a praticar uma conversão de pontos de vista, no espírito do perspectivismo caro a Eduardo Viveiros de Castro, essa concepção indígena de que o mundo é povoado por outros sujeitos, agentes ou pessoas,

além dos seres humanos, cuja maneira de ver a realidade difere da dos seres humanos (VIVEIROS DE CASTRO, 2017, p. 17).³ Ao oferecer novos pontos de bifurcações (GUATTARI, 2018, p. 316) a nossas experiências, novas possibilidades de decoincidência (JULLIEN, 2020) ou resingularização da subjetividade (GUATTARI, 2018, p. 310),⁴ esses encontros abrem novos espaços de subjetivação ou produção de subjetividade em nossas relações conosco mesmos e com os outros terrestres. Em particular, permitem que nossas narrativas desdobrem outras tramas, tecendo nossas biografias com a espessura e a diversidade do mundo.

A consciência redescoberta de nosso pertencimento terrestre não pode deixar de suscitar novas questões sobre o sentido que adquire hoje o fato de *pertencer à espécie humana*. Étienne Balibar nos fornece aqui preciosos elementos de resposta. Ao final de sua alocução sobre esse tema no Fórum Philo Le Monde-Université du Mans, em novembro de 2021, ele resume da seguinte maneira suas considerações:

Pertencer à espécie humana significa superar e rejeitar negativamente a recusa de pertencimento que vem ocorrendo ao longo da história e continua a marcar nossa atualidade [...]; significa entrar num regime de solidariedade passiva e ativa, cuja prova e urgência nos são dadas pela pandemia; significa pertencer a *mais*

3 Esse convite para mudar o olhar, trazido pelo livro seminal de Eduardo Kohn, *Comment pensent les forêts* (2017), testemunha toda uma literatura cujos representantes no mundo francófono incluem Baptiste Morizot (*Sur la piste animale*, 2018), Vinciane Despret (*Habiter en oiseau*, 2019), Laurent Tillon (*Être un chêne*, 2021), Olivier Remaud (*Penser comme un iceberg*, 2020), François Sarano (*Au nom des requins*, 2022), todos publicados na coleção *Mondes sauvages*, pela editora Actes Sud.

4 O que me interessa « [...] é resingularizar a subjetividade, e não necessariamente por vias coletivas: por agenciamentos complexos, agenciamentos de grupos, mas não só de grupos, agenciamentos maquinários, agenciamentos com outro tipo de ambiente, com outro tipo de produtividade. Essa é uma opção que não está inscrita na história, uma opção ético-política que é um horizonte outro ». (GUATTARI, 2018, p. 310-311)

de uma espécie devido à dependência mútua mas dissimétrica que nos liga a outros seres vivos na Terra; significa *diferir* de nós mesmos e dos outros em relações de complementaridade, oposição e, evidentemente, sempre de poder, fundamentalmente instáveis e móveis. Como resultado, o pertencimento à espécie nunca é dado de uma vez por todas, é um pertencimento que *se faz e se desfaz*, e, portanto, é da ordem de uma *praxis* ou de uma prática.

Com a recomposição ou re-habitação de nosso pertencimento humano enquanto processo em constante devir, também nossa disposição para responder, nossa responsividade é reinterrogada como a propriedade mais fundamental do homem e da relação humana com o mundo. (ROSA, 2021, p. 60) Em suas experiências e encontros com o mundo, os seres humanos dispõem dessa capacidade, que é ao mesmo tempo sensível, intencional e reflexiva, de dar resposta, isto é, de produzir formas e significados, que se realizam nos e por meio dos modos de ação e conduta, dos afetos e ressonâncias emocionais, das representações e saberes, das obras e criações. Essa responsividade poderia ser aumentada e deslocada pela mudança de nossa situação no mundo representada pelo Antropoceno. Poderão assim integrar-se novos territórios, novas formas de vida às quais poderemos *responder* e que, pela forma como elas por sua vez *respondem*, entrarão nas circulações de sentido e de sensação, de simbolização e de imaginário que constituem nosso mundo subjetivo.

Essa disposição para responder que nos torna sujeitos humanos é também nossa responsabilidade perante as entidades e os seres, humanos e não humanos, que compartilham nossa morada terrestre. A que e a quem devemos *responder* individual e coletivamente? Que formalização ética, que consequências praxiológicas, que traduções jurídicas devemos dar a esse pressuposto de responsabilidade? Eu não saberia responder aqui a perguntas

tão maciças, mas elas se prestam a desenhar a figura de um sujeito *capaz por si e pelo mundo, que responde a si e ao mundo*.

Tal figura engaja o sujeito ético, mas também social e político, que cada um de nós é potencialmente. E convida-nos a reconsiderar a relação entre o sujeito e a Polis, que procurei problematizar a partir de aproximações e no contexto de incertezas em que nos encontramos. Sobre os primeiros elementos que procurei destacar, posso concluir que engajam as finalidades dos processos de constituição do sujeito e da Polis, bem como suas realizações mútuas; e que denunciam os impasses ecológicos e humanos a que conduz um sistema econômico e político voltado a uma aceleração indefinida de produtividade, crescimento e consumo – a qual cobra como preço aquilo que Harmut Rosa, depois de outros, caracteriza como uma perda do mundo. Eu gostaria de terminar convocando, com Félix Guattari, à restauração da Cidade subjetiva, entendida como uma refinalização coletiva das atividades humanas (2018, p. 34), que reoriente as finalidades econômicas, mas também científicas e tecnológicas da Polis por vir, a fim de visar a uma reapropriação individual e coletiva da subjetividade humana (*Ibid.*, p. 65).

Nosso desejo – e empenharemos todos os nossos esforços para torná-lo realidade – é que o GIS Le sujet dans la Cité se engaje nessa direção e que possa trabalhar na concepção e implementação de tal projeto.

Referências

BONNEUIL, C. Terre. In : FASSIN, D. (dir.). **La société qui vient**. Paris: Seuil, 2022. p. 37-54.

BONNEUIL, C. & FRESSOZ, J.-B. **L'Évènement anthropocène**. La Terre, l'histoire et nous. Paris: Seuil, 2016.

CHARBONNIER, P. **Abondance et Liberté**. Une histoire environnementale des idées politiques. Paris: La Découverte, 2020.

DESCOLA, P. **Par-delà nature et culture**. Paris: Gallimard, 2005.

GUATTARI, F. **Les trois écologies**. Paris: Galilée, 1989.

GUATTARI, F. **Qu'est-ce que l'écophilosophie**. Paris: Lignes/Imec, 2018.

HARAWAY, D. **Vivre avec le trouble**. Vaulx-en-Velin: Les Éditions des mondes à faire, 2020.

JULLIEN, F. **Politique de la décoïncidence**. Paris: L'Herne, 2020.

KOHN, E. **Comment pensent les forêts ?** Vers une anthropologie au-delà de l'humain. Bruxelles: Zones sensibles, 2017.

LATOUR, B. **Face à Gaïa**. Huit conférences sur le nouveau régime climatique. Paris: Les Empêcheurs de penser en rond, 2015.

LATOUR, B. **Où atterrir ?** Comment s'orienter en politique ? Paris: La Découverte, 2017.

LATOUR, B. **Où suis-je ?** Leçons du confinement à l'usage des terrestres. Paris: Les Empêcheurs de penser en rond, 2021.

MALM, A. **L'Anthropocène contre l'histoire**. Le réchauffement climatique à l'ère du capital. Paris: La Fabrique, 2017.

MORIZOT, B. **Manières d'être vivant**. Arles: Actes Sud, 2020.

ROSA, H. Résonance. Une sociologie de la relation au monde. Traduction de S. Silberfarb & S. Raquillet. Paris: La Découverte, 2021.

ROSA, H. **Accélérons la résonance!** Pour une éducation en Anthropocène. Entretiens avec N. Wallenhorst. Paris: Le Pommier, 2022.

VIVEIROS DE CASTRO, E. **Le regard du jaguar**. Introduction au perspectivisme amérindien. Bordeaux: Éditions la Tempête, 2021.

Recebido em: 01/08/2022

Aprovado em: 15/08/2022

Publicado em: 31/08/2022

Christine Delory-Momberger é professora de Ciências da Educação da Universidade Sorbonne Paris Nord. Professora associada do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Fundadora da Universidade Ouverte du sujet dans la Cité (UOsC) e presidente do Colégio Internacional da Pesquisa Biográfica em Educação (CIRBE). Membro de vários organismos e redes de pesquisa internacionais (Serviço franco-alemão para a juventude, Deutsche Gesellschaft für Erziehungsgesellschaft, Gesellschaft für Historische Anthropologie, BioGrafia (Rede América Latina-Europa de Pesquisa Biográfica), Congresso Internacional de Pesquisa (Auto)biográfica (CIPA), International Auto/Biography Association. Diretora de várias coleções: *L'écriture de la vie*; *(Auto)biographie ∞ Éducation* (em colaboração com Elizeu Clementino de Souza e Maria da Conceição Passeggi); *RéÉditions*; *Passage aux actes*; *Dialogues/Dialoge* (em colaboração com o serviço franco-alemão para a juventude [OFA]) nas edições Téraedre. Diretora científica da revista *Le sujet dans la Cité. Revue internationale de recherche biographique* e codiretora (em colaboração com Alain Brossat e Michel Agier) das edições extras da revista *Actuels*. E-mail: christine.delory@lesujetdanslacite.com